

A tutela de urgência em casos de fornecimento de medicamentos essenciais

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Ludmilla Reis Monteiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Este estudo analisa a aplicação da tutela de urgência em casos de fornecimento de medicamentos essenciais, com foco no medicamento Rituximabe (MabThera), utilizado no tratamento de linfoma não-Hodgkin. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com análise documental de decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). Os resultados indicam que a concessão da tutela de urgência foi fundamentada na presença dos requisitos legais: a probabilidade do direito e o perigo de dano. Conclui-se que a tutela de urgência é um mecanismo eficaz para assegurar o fornecimento imediato de medicamentos essenciais, embora a judicialização da saúde evidencie falhas na gestão pública de saúde.

Objetivo

Analisar a efetividade da tutela de urgência como instrumento jurídico para assegurar o fornecimento de medicamentos essenciais pelo Estado, avaliando sua aplicação prática e os impactos na garantia do direito à saúde.

Material e Métodos

A pesquisa desenvolvida adotou uma abordagem qualitativa, fundamentando-se na análise documental de decisões judiciais proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), especificamente aquelas relacionadas ao fornecimento do medicamento Rituximabe. O estudo concentrou-se na seleção criteriosa de casos em que a tutela de urgência foi concedida, com o objetivo de assegurar o acesso imediato ao referido medicamento a pacientes que demonstraram necessidade clínica comprovada.
A análise detida dos processos teve como foco central a identificação e a compreensão dos fundamentos legais invocados pelos magistrados na concessão das tutelas de urgência. Nesse sentido, foram examinados os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais utilizados como base jurídica para as decisões, com especial atenção aos princípios do direito à saúde, da dignidade da pessoa humana e da proteção à vida.
Além disso, foram considerados os argumentos apresentados pelas partes envolvidas nos litígios, tanto por parte dos autores — geralmente pacientes ou seus representantes legais — quanto pelos réus, normalmente o Estado ou instituições públicas de saúde. A análise buscou compreender as justificativas médicas, técnicas e jurídicas utilizadas para embasar os pedidos de fornecimento do medicamento, bem como as estratégias de defesa adotadas pelo poder público.



Por fim, a pesquisa também avaliou os resultados práticos obtidos a partir das decisões judiciais analisadas, verificando se o deferimento das tutelas de urgência resultou efetivamente no acesso ao Rituximabe e quais foram os impactos concretos dessas medidas para os beneficiários. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão do papel do Judiciário na garantia do direito à saúde e na efetivação de políticas públicas de acesso a medicamentos de alto custo.

Resultados e Discussão

A análise revelou que, nos casos estudados, a concessão da tutela de urgência foi fundamentada na presença dos requisitos legais: a probabilidade do direito e o perigo de dano. Os juízes destacaram a gravidade das condições de saúde dos pacientes e a urgência no fornecimento do medicamento para evitar danos irreparáveis. Em todos os casos analisados, a decisão judicial determinou o fornecimento imediato do Rituximabe pelo Estado, com base na obrigação constitucional de garantir o direito à saúde.

Conclusão

A tutela de urgência se configura como um mecanismo eficaz para assegurar o fornecimento imediato de medicamentos essenciais, como o Rituximabe, em situações de risco à saúde dos pacientes. Entretanto, é imperativo que o Estado implemente políticas públicas que garantam o acesso contínuo e sem interrupções a tratamentos médicos, evitando a judicialização da saúde. Futuras pesquisas podem explorar a eficácia de políticas de saúde pública na prevenção da judicialização e na promoção do acesso equitativo a medicamentos.

Referências

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. (2011). Agravo de Instrumento nº 1793281-2.008.6.0000. Disponível em: https://www.tjce.jus.br

Brasil Escola. (2021). Artigo científico: o que é, estrutura, como fazer. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/redacao/artigo-cientifico.htm